



TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 0099/2016

Termo de Autorização para exploração de linha regular do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal do Estado de Goiás, conforme processo nº 201600029000667.

A **AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – AGR**, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 03.537.650/0001-69, com sede à Av. Goiás, nº 305, centro, em Goiânia, Estado de Goiás, no uso de suas competências para planejar, organizar, regular, controlar e fiscalizar o serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 1º, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e do inciso III, do § 4º, do art. 1º, do Decreto nº 8.498, de 02 de dezembro de 2015, bem como do § 1º, do art. 2º, da Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014 e art. 2º, do Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015, autorizada pelo seu Conselho Regulador nos termos da Resolução Normativa nº de 04 de maio de 2016, que passa a fazer parte integrante deste ato, neste ato representada pelo seu Conselheiro Presidente, **Ridoval Darci Chiareloto**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF / MF sob o nº 020.528.229-68, doravante denominada **AGR** e a empresa **VIAÇÃO PARAÚNA LTDA.**, inscrita no CNPJ / MF sob o nº 26.718.247/0001-31, com sede à Alameda Capim Puba, nº 195, Setor Marechal Rondon, em Goiânia, Estado de Goiás, neste ato representada pelo senhor **Juarez Mendes de Melo**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF / MF sob o nº 035.372.771-72, doravante denominada **AUTORIZATÁRIA**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO** para exploração de linha regular do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, na forma abaixo.

CAPITULO I DO OBJETO

Art. 1º. Constitui objeto do presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO** a delegação por parte da AGR à **AUTORIZATÁRIA** do direito de exploração da linha:

I - Linha nº 09.500-00 – Caldas Novas a Rio Quente, convencional, com extensão de 32 km e com o seguinte itinerário: Caldas Novas a Rio Quente. Valor da

CONSELHO REGULADOR	TERMO DE AUTORIZAÇÃO	PÁGINA 1 DE 9
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS – WWW.AGR.GO.GOV.BR		

outorga de R\$ 59.302,75 (cinquenta e nove mil, trezentos e dois reais e setenta e cinco centavos), referente ao tempo de vigência de 15 anos.

CAPITULO II DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 2º. A AUTORIZATÁRIA deverá prestar os serviços da linha de acordo com os padrões técnicos operacionais definidos pela AGR, bem como observando o que dispõe a Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014 e o Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015.

Art. 3º. A frequência de viagens ordinárias do serviço de transporte regular será realizada de acordo com os quantitativos mínimos estabelecidos para cada linha intermunicipal.

Art. 4º. A oferta de viagens extraordinárias se dará mediante prévia comunicação à AGR, quando ficar demonstrada a necessidade de atendimento de excesso de demanda de caráter ocasional.

Art. 5º. A definição do quadro de horários de operação de cada linha intermunicipal ficará sob responsabilidade da AUTORIZATÁRIA e deverá atender às necessidades de deslocamento dos usuários do serviço de transporte regular para aprovação prévia da AGR.

Art. 6º. A AUTORIZATÁRIA ficará responsável pela transferência das informações à AGR referentes à venda de passagens, número de passageiros, horários e demais dados referentes às viagens, nos prazos e termos por estes definidos.

Art. 7º. A AUTORIZATÁRIA observará os itinerários estabelecidos e poderá solicitar à AGR a inclusão ou retirada de pontos de parada entre os pontos terminais.

§ 1º Quando ocorrer impraticabilidade temporária do itinerário, o serviço será executado pela via disponível mais direta, com imediata comunicação à AGR.

§ 2º Cessado o motivo determinante da impraticabilidade temporária do itinerário mencionada no § 1º deste artigo, à AUTORIZATÁRIA retornará, de imediato, ao itinerário original da linha, comunicando o fato à AGR.

CAPÍTULO III DOS ENCARGOS DA AGR

Art. 8º. Incumbe à AGR:

I - baixar os atos administrativos necessários à operacionalização deste Termo de Autorização, organizar, coordenar e controlar o serviço e a atividade econômica dele objeto;

II - fiscalizar, permanentemente, a prestação do serviço delegado e coibir o transporte não concedido, permitido ou autorizado;

III - aplicar as penalidades legais, regulamentares e contratuais;

IV - extinguir a autorização na forma legal;

V - intervir, na forma legal e regulamentar, na prestação do serviço;

VI - reajustar as tarifas e proceder à sua revisão;

VII - fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais;

VIII - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e adotar providências para solucionar queixas e reclamações dos usuários, realizando, quando for o caso, a mediação e, no fracasso dessas, deliberando sobre elas;

IX - estimular o aumento da qualidade e da produtividade, a preservação do meio-ambiente e a conservação dos bens e equipamentos utilizados no serviço;

X - assegurar o princípio da opção do usuário mediante o estímulo à variedade de combinações de preço, qualidade e quantidade de serviços.

CAPÍTULO IV DOS ENCARGOS DA AUTORIZATÁRIA

Art. 9º. Sem prejuízo dos encargos previstos em normas legais, regulamentares e pactuadas pertinentes, a AUTORIZATÁRIA deverá:

I - submeter-se à regulação, ao controle e a fiscalização da AGR, facilitando-lhe a ação e cumprindo as suas determinações, especialmente no correto

fornecimento e atendimento de informações, dados, planilhas de custo, documentos e outros elementos, sempre na forma e periodicidade requisitados;

II - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como aos registros operacionais, contábeis e estatísticos;

III - pagar à AGR a Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - TRCF, nos termos da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com suas alterações;

IV - pagar à AGR o valor de outorga para o serviço estabelecido neste Termo de Autorização, nos termos do que dispõe o § 4º e o § 5ª do artigo 11 do Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015;

V - prestar, na forma legal e regulamentar, contas da gestão do serviço à AGR;

VI - cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares da AGR;

VII - prestar serviço adequado, na forma prevista nas normas legais e regulamentares, nas normas técnicas aplicáveis e nas ordens de serviço;

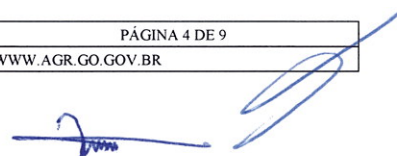
VIII - zelar pelas condições de segurança, higiene e conforto dos veículos utilizados;

IX - afixar em local visível nos veículos o número do telefone da Ouvidoria da AGR;

X - atuar conforme especificações constantes nas ordens de serviço operacional emitidas pela AGR;

XI - cobrar do usuário e arrecadar a tarifa referente ao serviço de transporte regular;

XII - manter os usuários informados e orientados sobre o funcionamento do serviço;



XIII - substituir os veículos que atingirem o tempo máximo permitido de modo a manter o perfil etário definido para a frota;

XIV - comunicar com antecedência à AGR qualquer modificação nas características dos veículos que compõem a sua frota.

CAPÍTULO V DA REMUNERAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 10. A prestação do serviço de transporte regular de que trata este Termo de Autorização será remunerado pela receita arrecadada por meio da cobrança de tarifas (bilhetes de passagens) pagas diretamente pelo usuário.

Art. 11. É facultado à AUTORIZATÁRIA a prática de uma tarifa promocional com desconto sobre o valor da tarifa normal do serviço de transporte regular.

§ 1º O preço promocional da tarifa, em todos os horários ou em alguns deles, somente poderá ser praticado para todo o percurso da linha.

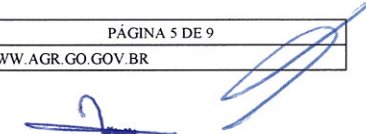
§ 2º No bilhete de passagem, deverá constar, em destaque, que se trata de tarifa promocional.

Art. 12. A adoção de tarifa promocional correrá por conta e risco da AUTORIZATÁRIA, não podendo ser utilizada como fundamento para pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 13. Para serviços diferenciados prestados pela operadora, as tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e custos específicos, mediante autorização da AGR.

Art. 14. Com a finalidade de preservar o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços executados, o valor das tarifas será atualizado por meio de reajustes anuais, nos meses de julho de cada ano.

Parágrafo único. O reajuste anual do coeficiente tarifário do serviço de transporte regular objetiva recompor o valor monetário da tarifa.



Art. 15. Além dos ajustes previstos no artigo 17 deste termo poderá haver revisão extraordinária da tarifa em decorrência de eventos que resultem em modificações imprevistas na relação de direitos e obrigações entre a AUTORIZATARIA e AGR.

CAPÍTULO VI **DA TARIFA MÁXIMA E DO SEU REAJUSTE**

Art. 16. A tarifa inicial para o serviço de que trata esta Resolução será fixada e definida com base nos coeficientes tarifários atualmente em vigor.

Art. 17. A AGR fixará o Coeficiente Tarifário Máximo em sua data base, no período compreendido de 1º a 31 de julho de cada ano.

CAPÍTULO VII **DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS**

Seção I **Dos Direitos dos Usuários**

Art. 18. Sem prejuízo do disposto na legislação específica e nas normas estabelecidas pelo ente regulador, são direitos do usuário do serviço de transporte de que trata este Termo de Autorização:

I - modicidade das tarifas;

II – garantia de atendimento nos casos de gratuidades previstas em lei;

III - receber serviço adequado, que satisfaça as condições de segurança, regularidade, continuidade, pontualidade, eficiência, atualidade, generalidade, cortesia e comodidade;

IV - receber da AGR e da AUTORIZATÁRIA informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

V - ser transportado do início ao término da viagem, salvo caso fortuito ou força maior, com pontualidade, segurança, higiene e conforto;

VI - ser atendido com urbanidade pelos prepostos da AUTORIZATÁRIA e pelos agentes de fiscalização da AGR;

VII - ser auxiliado no embarque e desembarque, especialmente em se tratando de crianças, pessoas idosas ou com dificuldade de locomoção;

VIII - transporte gratuito de volumes no bagageiro e no porta-embrulhos, respeitados os limites estabelecidos em regulamentação própria;

IX - receber os comprovantes dos volumes transportados no bagageiro;

X - ser indenizado por extravio ou dano dos volumes transportados no bagageiro;

XI - nos casos de interrupção ou retardamento da viagem, receber alimentação e pousada às expensas da AUTORIZATÁRIA, enquanto perdurar a situação;

XII - ter garantida sua poltrona no ônibus, nas condições constantes do bilhete de passagem;

XIII - receber da AUTORIZATÁRIA informações acerca das características dos serviços, tais como horários, tempo de duração da viagem, localidades atendidas e preço da passagem;

XIV - transporte gratuito de crianças de até 5 (cinco) anos, desde que não ocupem poltronas, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao transporte de menores de idade;

XV - efetuar a compra de passagem com data de utilização em aberto, sujeita a reajuste de preços se não utilizada dentro de 1 (um) ano, a contar da data da emissão;

XVI - receber a importância paga ou revalidar sua passagem, no caso de desistência da viagem, desde que se manifeste com antecedência mínima de 2 (duas) horas em relação ao horário de partida;

XVII - seguro facultativo de acidente pessoal, que deverá ser disponibilizado ao passageiro pela AUTORIZATÁRIA mediante aviso ostensivo no local de venda.

Seção II

Dos Deveres dos Usuários

Art. 19. Sem prejuízo do disposto na legislação específica e nas normas estabelecidas pela AGR, são deveres do usuário do serviço de transporte de que trata este Termo de Autorização:

I - levar ao conhecimento do poder público e da AUTORIZATÁRIA as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

II - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela AUTORIZATÁRIA na prestação do serviço;

III - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços.

CAPÍTULO VIII

DOS DIREITOS, DEVERES E GARANTIAS DA AUTORIZATÁRIA

Art. 20. Os direitos, os deveres e as garantias da AUTORIZATÁRIA, são estabelecidos pela Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014, no Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015 e em normas editadas pela AGR.

CAPÍTULO IX DOS VEÍCULOS

Art. 21. Os veículos a serem utilizados na execução dos serviços deverão atender às exigências de ordem legal, técnica e às normas editadas pela AGR.

CAPÍTULO X DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Art. 22. O presente Termo de Autorização vigorará pelo prazo de 15 (quinze) anos, podendo ser prorrogado por igual período, desde que atendidas às disposições legais, de ordem técnica e a AUTORIZATÁRIA tenha prestado um serviço adequado a ser avaliado pela AGR.

CAPÍTULO XI DA EXTINÇÃO

Art. 23. O presente Termo de Autorização poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 16, da Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014.

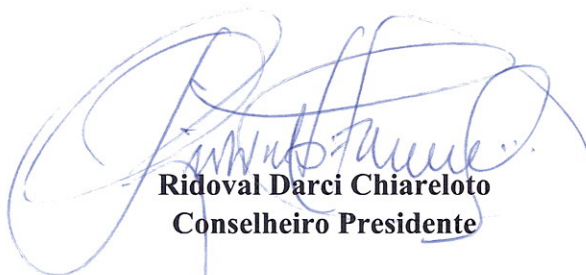
CAPÍTULO XII DA VALIDADE E MARCO INICIAL DE VIGÊNCIA

Art. 24. O presente Termo de Autorização, após devidamente assinado pelas partes, entrará em vigor na data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás.

E, por estarem assim de pleno acordo com todas as condições estipuladas, assinam este Termo de Autorização em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos legais.


AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
DE SERVIÇOS PÚBLICOS - AGR, em Goiânia, aos 10 dias de junho de 2016.

AGR:



Ridoval Darci Chiareloto
Conselheiro Presidente

AUTORIZATÁRIA:



Juarez Mendes de Melo
Representante Legal

EXTRATO Nº 0033/2016
AGR

Processo nº: 2016000290000667.

Interessado: Viação Paraúna Ltda.

Objeto: Autorização para explorar linhas no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás.

A Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos – AGR, na forma legal, torna público para conhecimento dos interessados, nos termos do que dispõe a Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014 e Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015, que, conforme Resolução Normativa nº 0053, de 04 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial nº 22.320, de 09 de maio de 2016, outorgou à empresa **VIAÇÃO PARAÚNA LTDA.**, o direito de exploração das seguintes linhas: **I - Linha nº 09.500-00 – Caldas Novas a Rio Quente e II - Linha nº 09.501-00 – Ipameri a Caldas Novas**, conforme Termos de Autorização nºs 0099 e 0100/2016.

Goiânia, 12 de agosto de 2016.



Ridoval Darci Chiareloto
Conselheiro Presidente

Goias (via Cezarina), XVIII - Linha nº 19.117-00 - Goiânia a Palmeiras de Goiás (via Campeste de Goiás), XIX - Linha nº 19.118-00 - Goiânia a Paraiúna, XX - Linha nº 19.119-00 - Goiânia a Pires do Rio, XXI - Linha nº 19.120-00 - Goiânia a Posseândia, XXII - Linha nº 19.121-00 - Goiânia a Rio Quente (via Bela Vista; Cristandópolis), XXIII - Linha nº 19.122-00 - Goiânia a Varjão, XXIV - Linha nº 19.123-00 - Goiânia a Vicentinópolis, XXV - Linha nº 19.500-00 - Anápolis a Caldas Novas (via BR-153; Piracanjuba), XXVI - Linha nº 19.501-00 - Caldas Novas a Catalão, XXVII - Linha nº 19.502-00 - Campeste de Goiás a Palmeiras de Goiás, XXIX - Linha nº 19.504-00 - Morrinhos a Água Limpa, XXX - Linha nº 19.505-00 - Morrinhos a Caldas Novas, XXXI - Linha nº 19.506-00 - Morrinhos a Piracanjuba, XXXII - Linha nº 19.507-00 - Morrinhos a Pousada do Rio Quente, XXXIII - Linha nº 19.508-00 - Palmeiras de Goiás a Paraiúna, XXXIV - Linha nº 19.509-00 - Pires do Rio a Urutai, XXXV - Linha nº 19.510-00 - Posseândia a Irandira, XXXVI - Linha nº 19.511-00 - Posseândia a Palmeiras de Goiás, XXXVII - Linha nº 19.512-00 - Caldas Novas a Pousada do Rio Quente e, XXXVIII - Linha nº 19.613-00 - Trindade a Campeste de Goiás, conforme Termos de Autorização nºs 0001, 0002, 0003, 0004, 0005, 0008, 0007, 0008, 0009, 0010, 0011, 0012, 0013, 0014, 0015, 0018, 0017, 0018, 0019, 0020, 0021, 0022, 0023, 0024, 0025, 0026, 0027, 0028, 0029, 0030, 0031, 0032, 0033, 0034, 0035, 0036, 0037 e 0038/2016.

Goiania, 12 de agosto de 2016.
Ridival Darci Chiaretto
Conselheiro Presidente

AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - AGR
EXTRATO Nº 0039/2016
AGR

Processo nº: 2016000290000567.
Interessado: Viação Paraúna Ltda.
Objeto: Autorização para explorar linhas no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás.
A Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos - AGR, na forma legal, torna público para conhecimento dos interessados, nos termos da que dispõe a Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014 e Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015, que, conforme Resolução Normativa nº 0053, de 04 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial nº 22.320, de 06 de maio de 2016, outorgou a empresa **VIÇÃO PARAÚNA LTDA.**, o direito de exploração das seguintes linhas: I - Linha nº 09.500-00 - Caldas Novas a Rio Quente e II - Linha nº 09.501-00 - Iparari a Caldas Novas, conforme Termos de Autorização nºs 0059 e 0100/2016.

Goiania, 12 de agosto de 2016.
Ridival Darci Chiaretto
Conselheiro Presidente

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ERRATA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2016

A Gerência de Licitações, Contratos e Convênios da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 2016.0000.601.2509, COMUNICA aos interessados a correção no Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico: **ONDE SE LÊ: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2016. LEIA-SE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2016.**

Goiania, 16 de agosto de 2016.
Tatiana Marcelli Faria
Gerente de Licitações, Contratos e Convênios

ERRATA

A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, por meio da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA aos interessados a alteração do item 4.1.2 do Edital, referente às Tomadas de Preços:

Tomada de Preço	Processo nº
002/2016	2016.0000.600.0972
010/2016	2016.0000.600.0970
013/2016	2016.0000.600.1040
017/2016	2016.0000.600.1038
018/2016	2016.0000.600.1045
021/2016	2016.0000.600.0581
025/2016	2016.0000.600.1036
027/2016	2016.0000.600.0993
028/2016	2016.0000.600.1048

ONDE SE LÊ: "Para fins de habilitação, os Licitantes deverão apresentar, devidamente homologado e atualizado, cadastro no CADFOR - da SUPRILOG da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - SEGPLAN, sito à Av. República do Líbano, nº 1.945, 1º andar, Setor Oeste - CEP: 74.125-125 - Goiânia - GO - Telefone: (62) 3201-6515/6516."
LEIA-SE: "Para fins de habilitação, os Licitantes deverão apresentar, devidamente homologado, cadastro no CADFOR - da SUPRILOG da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - SEGPLAN, sito à Av. República do Líbano, nº 1.945, 1º andar, Setor Oeste - CEP: 74.125-125 - Goiânia - GO - Telefone: (62) 3201-6515/6516. A Licitante regularmente cadastrada, que apresentar o CRC - Certificado de Registro Cadastral, devidamente atualizado, fica desobrigada de apresentar os documentos relativos à habilitação jurídica (item 4.2), regularidade fiscal e trabalhista (item 4.3) e qualificação econômico-financeira (item 4.4), desde que os referidos documentos integrantes do Certificado estejam atualizados e em vigência, sendo assegurado o direito de apresentar a documentação que estiver vencida no CRC, atualizada e regularizada dentro do envelope nº 01 - DOCUMENTAÇÃO".
Ratificam-se os demais dispositivos constantes do Edital de Licitação, que segue disponível no endereço eletrônico: www.seduc.go.gov.br.

Goiania, 16 de agosto de 2016.
Tatiana Marcelli Faria
Gerente de Licitações, Contratos e Convênios

ERRATA - TOMADA DE PREÇOS Nº 049/2016

A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, por meio da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA aos interessados a alteração do item 4.2 do Edital, referente a Tomada de Preços nº 048/2016, Processo nº 2012.0003.600.5378.

ONDE SE LÊ: "Para fins de habilitação, os Licitantes deverão apresentar, devidamente homologado e atualizado, cadastro no CADFOR - da SUPRILOG da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - SEGPLAN, sito à Av. República do Líbano, nº 1.945, 1º andar, Setor Oeste - CEP: 74.125-125 - Goiânia - GO - Telefone: (62) 3201-6515/6516."
LEIA-SE: "Para fins de habilitação, os Licitantes deverão apresentar, devidamente homologado, cadastro no CADFOR - da SUPRILOG da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - SEGPLAN, sito à Av. República do Líbano, nº 1.945, 1º andar, Setor Oeste - CEP: 74.125-125 - Goiânia - GO - Telefone: (62) 3201-6515/6516. A Licitante regularmente cadastrada, que apresentar o CRC - Certificado de Registro Cadastral, devidamente atualizado, fica desobrigada de apresentar os documentos relativos à habilitação jurídica (item 4.2), regularidade fiscal e trabalhista (item 4.3) e qualificação econômico-financeira (item 4.4), desde que os referidos documentos integrantes do Certificado estejam atualizados e em vigência, sendo assegurado o direito de apresentar a documentação que estiver vencida no CRC, atualizada e regularizada dentro do envelope nº 01 - DOCUMENTAÇÃO".

Ratificam-se os demais dispositivos constantes do Edital de Licitação, que segue disponível no endereço eletrônico: www.seduc.go.gov.br.

Goiania, 16 de agosto de 2016.
Tatiana Marcelli Faria
Gerente de Licitações, Contratos e Convênios

ERRATA

A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, por meio da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA aos interessados a alteração do item 4.1.1 do Edital, referente às Tomadas de Preços:

TOMADA DE PREÇOS	PROCESSO Nº
Tomada de Preços nº 014	2016.0000.600.1039
Tomada de Preços nº 019	2016.0000.600.0950
Tomada de Preços nº 022	2016.0000.600.0976
Tomada de Preços nº 023	2016.0000.600.1002
Tomada de Preços nº 024	2016.0000.600.1037

ONDE SE LÊ: "Para fins de habilitação, os Licitantes deverão apresentar, devidamente homologado e atualizado, cadastro no CADFOR - da SUPRILOG da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - SEGPLAN, sito à Av. República do Líbano, nº 1.945, 1º andar, Setor Oeste - CEP: 74.125-125 - Goiânia - GO - Telefone: (62) 3201-6515/6516."
LEIA-SE: "Para fins de habilitação, os Licitantes deverão apresentar, devidamente homologado, cadastro no CADFOR - da SUPRILOG da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - SEGPLAN, sito à Av. República do Líbano, nº 1.945, 1º andar, Setor Oeste - CEP: 74.125-125 - Goiânia - GO - Telefone: (62) 3201-6515/6516. A Licitante regularmente cadastrada, que apresentar o CRC - Certificado de Registro Cadastral, devidamente atualizado, fica desobrigada de apresentar os documentos relativos à habilitação jurídica (item 4.2), regularidade fiscal e trabalhista (item 4.3) e qualificação econômico-financeira (item 4.4), desde que os referidos documentos integrantes do Certificado estejam atualizados e em vigência, sendo assegurado o direito de apresentar a documentação que estiver vencida no CRC, atualizada e regularizada dentro do envelope nº 01 - DOCUMENTAÇÃO".

Ratificam-se os demais dispositivos constantes do Edital de Licitação, que segue disponível no endereço eletrônico: www.seduc.go.gov.br.

Goiania, 16 de agosto de 2016.
Tatiana Marcelli Faria
Gerente de Licitações, Contratos e Convênios

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2012

PORTARIA: 6313/2011
PROCESSO: 201110000292456
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR ABRAHÃO ANDRÉ
CONTRATADA: OBRAS CIVIS E RODOVARIAS EMPREENDIMENTOS LTDA
VALOR DO CONTRATO: R\$ 50.000,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: (180) DIAS
OBJETO DE LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA NO COLÉGIO ESTADUAL ABRAHÃO ANDRÉ - CATALÃO-GOÍAS
FONTE DO RECURSO: 16 SE/CE
Roberto Rodrigues dos Santos
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR
CONTRATANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2013

PORTARIA: 2795/2012
PROCESSO: 201200090217165
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR ABRAHÃO ANDRÉ
CONTRATADA: OBRAS CIVIS E RODOVARIAS EMPREENDIMENTOS LTDA
VALOR DO CONTRATO: R\$ 100.000,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 120(DIAS)
OBJETO DE LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA NO COLÉGIO ESTADUAL ABRAHÃO ANDRÉ - CATALÃO-GOÍAS
FONTE DO RECURSO: 16 SE/CE
Roberto Rodrigues dos Santos
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR
CONTRATANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2013

PORTARIA: 2795/2012
PROCESSO: 201200090217165
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR MARIANA ANTÔNIA DE JESUS LOPES
CONTRATADA: OBRAS CIVIS E RODOVARIAS EMPREENDIMENTOS LTDA
VALOR DO CONTRATO: R\$ 100.000,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 120(DIAS)
OBJETO DE LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA NO COLÉGIO ESTADUAL DA DAVID FERREIRO - CATALÃO-GOÍAS
FONTE DO RECURSO: 16 SE/CE
Roberto Rodrigues dos Santos
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR
CONTRATANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2013

PORTARIA: 2795/2012
PROCESSO: 201200090217165
CONTRATANTE: CONSELHO ESCOLAR MARIA DO ROSÁRIO SANTANA BORGES
CONTRATADA: OBRAS CIVIS RODOVARIAS E EMPREENDIMENTOS LTDA
VALOR DO CONTRATO: R\$ 100.000,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: (120) DIAS
OBJETO DE LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MATILDE MARGHEM VAZ - CATALÃO-GOÍAS
FONTE DO RECURSO: 16 SE/CE

Roberto Rodrigues dos Santos
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR
CONTRATANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2014

PORTARIA: 0564/2014
PROCESSO: 20140000051257
CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL SUBSECRETARIA REGIONAL EDUC. CATALÃO
CONTRATADA: OLE DRAGAGEM LAMBE E ESPORTE LTDA
VALOR DO CONTRATO: R\$ PRAZO DE VIGÊNCIA: 30(DIAS)
OBJETO DE LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PARA SERVIÇOS DE MAIO DE OBRAS QUE SERÃO UTILIZADAS NA ÁREA DE ANBRAGEM PARA REALIZAÇÃO DOS JOGOS ESTADUAIS - FASE INTERMUNICIPAL
FONTE DO RECURSO: 16 - COD: 60 SUPERANAME

Roberto Rodrigues dos Santos
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR
CONTRATANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2016

PORTARIA: 2160/2016
PROCESSO: 20160000021336
CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL SUBSECRETARIA REGIONAL EDUC. CATALÃO
CONTRATADA: AUTO HOSTO DA TOURS LTDA
VALOR DO CONTRATO: R\$ PRAZO DE VIGÊNCIA: 120(DIAS)
OBJETO DE LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMESTÍVEL PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SUBSECRETARIA CATALÃO.
FONTE DO RECURSO: 16-00

Roberto Rodrigues dos Santos
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR
CONTRATANTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo Nº: 201500000204475 Data: 03/09/2015
Nome : Triady Construtora e Incorporadora Ltda.
Assunto : Termo Aditivo

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Obras nº 171/2013 entre o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte e a empresa Triady Construtora e Incorporadora Ltda.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a Prorrogação do Instrumento contratual originário, com fundamento no art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES: Cláusula Quinta: O contrato original terá sua vigência prorrogada por mais 12 (doze) meses no período compreendido entre 07 de junho de 2016 a 05 de junho de 2017, estando sua eficácia condicionada à efetiva publicação do aviso deste aditivo na imprensa oficial do Estado de Goiás.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO POSTERIOR REAJUSTE: Fica expressamente resguardado o devido reajuste da preços, com fulcro nas disposições do contrato original, a ser eventualmente realizado por meio de novo termo aditivo ou apostila em oportunidade posterior.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO: O presente Instrumento deverá ser publicado, por extrato, na imprensa Oficial, dentro do prazo máximo descrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, correndo as despesas por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

DA DATA DE ASSINATURA: 11/08/2016.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte; a Procuradoria Geral do Estado e a empresa Triady Construtora e Incorporadora Ltda.

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2016

O ESTADO DE GOIÁS, pela SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - SEDUCE, torna público, por meio da publicação realizada no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Goiás, em jornal de grande circulação e em via eletrônica, para conhecimento dos interessados, que estará disponível no sítio eletrônico www.seduc.go.gov.br/informacoes, o Instrumento de Chamamento Público nº 003/2016, destinado à seleção da organização social, qualificada em educação no âmbito deste Estado, para celebração do Contrato de Gestão envolvendo o gerenciamento, a operacionalização e a execução das atividades administrativas, de apoio para a implantação e implementação de políticas pedagógicas, definidas pela SEDUCE, nas Unidades Educacionais da Rede Pública Estadual de Ensino, Meteorológico IV Anápolis, conforme condições especificadas neste Instrumento e seus Anexos, estando o presente Chamamento e a consequente parceria, concernentes à Lei Estadual nº 16.503/2005 e suas alterações, à Resolução Normativa nº 007/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e regulamentados, à Lei Federal nº 8.662/1993 e suas alterações, atendendo ao seguinte cronograma proposto:

EVENTO	DATA
Divulgação do Chamamento Público	Dias 17, 18, 19 de agosto - Diário Oficial do Estado Dias 17, 18, 19 de agosto - Diário Oficial da União Dias 17, 18 de agosto - Jornal de grande circulação
Divulgação da Nota de Esclarecimento	4 de setembro de 2016
Prazo mínimo para Pedidos de Esclarecimento	16 de agosto de 2016 25 de agosto de 2016
Divulgação da Nota de Esclarecimento	02 de setembro de 2016
Encerramento	05 de setembro de 2016
Entrega dos Envelopes	15 de setembro de 2016

SESSÃO DE ABERTURA: 19 de setembro de 2016, às 09h30min, no sede da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE, na sala Lygia Polak, situada à Av. Aranhavermelha nº 7.171 - Setor Oeste - Goiânia - CEP: 74.110-010 - Fone: (62) 3201-3017/3034.

Goiania, 15 de agosto de 2016.

Roberto Rodrigues dos Santos
Requiel Figueiredo Alexandr Teixeira
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE